

Contexto global favorece produção brasileira¹

Vinicius Neder²

Leticia Lopes³

O contexto da economia global, de transição para uma economia de baixo carbono e de corrida tecnológica marcada por tensões geopolíticas, poderá abrir oportunidades para a indústria nacional. Para aproveitar essas oportunidades, reformas econômicas, maior financiamento e políticas específicas deverão atuar em conjunto para aumentar a produtividade e, portanto, a competitividade internacional das indústrias sediadas no Brasil.

A avaliação é de representantes do governo, da academia e do empresariado que participaram no último dia 21 do debate sobre a política industrial promovido pelo projeto G20 no Brasil, que reúne “O Globo”, Valor e rádio CBN na cobertura da presidência temporária do Brasil do grupo dos países mais ricos do mundo. A Nova Indústria Brasil (NIB), lançada em janeiro, inclui um pacote de R\$ 342 bilhões, chamado de Plano Mais Produção, mas boa parte dos recursos já estava nos orçamentos e projeções de bancos como o BNDES.

Para Rafael Lucchesi, diretor de desenvolvimento industrial da Confederação nacional da Indústria (CNI) e diretor-superintendente do Sesi, a indústria nacional pode estar diante de uma virada. Ele vê “três oportunidades claras”: a revolução tecnológica, com a internet das coisas e a inteligência artificial (IA); a transição para a economia de baixo carbono e as tensões geopolíticas entre Estados Unidos e China, que abrem oportunidades para países que têm boa relação diplomática tanto com o Ocidente quanto com a Ásia.

Esse é o caso do Brasil, destacou ele, lembrando ainda que o país tem matriz elétrica renovável e pode se aproveitar da transição para a economia de baixo carbono. “O Brasil pode se colocar como uma Arábia Saudita da economia verde”, afirmou o diretor da CNI, que participou do primeiro painel do evento.

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/g20-no-brasil/noticia/2024/08/29/contexto-global-favorece-producao-brasileira.ghtml>. Acesso em: 29 de ago. de 2024.

² Jornalista do Valor Econômico.

³ Jornalista do Valor Econômico.

“A política industrial brasileira, seu financiamento e seu impacto na vida das pessoas”.

Na mesma mesa, o diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do BNDES, José Luis Gordon, defendeu a política industrial lançada pelo governo Lula e criticou os governos anteriores, que, segundo ele, teriam negligenciado essa parte da política econômica. “O mundo tem feito, faz e vai continuar fazendo políticas industriais e de inovação. Precisamos superar a demonização da política industrial, entender sua importância”, disse.

Perpétua Almeida, diretora de economia sustentável e temas de defesa da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que implementa ações da política industrial do governo, lembrou que as grandes potências do mundo estão investindo trilhões em sua indústria. “Para financiar essa indústria é preciso olhar para os gargalos que ela enfrenta hoje: a transição verde, que é o compromisso que o Brasil e todos os países do mundo fizeram com o planeta; a guerra tecnológica entre as potências; a resiliência das cadeias de suprimentos, algo a ser financiado para não vivermos momentos como na pandemia; e uma força de trabalho capaz de atender essa nova indústria”, afirmou.

Lucchesi disse que a NIB precisava ter ainda mais recursos para financiamento, lembrando que o Plano Safra, que disponibiliza crédito subsidiado para a agropecuária, recebeu R\$ 400 bilhões apenas para a safra 2024-2025. Gordon, por sua vez, ponderou que a nova política está no início e há restrições fiscais.

“As iniciativas de agora são o início de um processo. O Plano Safra também não começou com R\$ 400 bilhões por ano”, afirmou o diretor do BNDES. “O Plano Mais Produção começa com uma vantagem, em relação ao Safra, porque não é só crédito. Tem o crédito, mas tem recursos não reembolsáveis”.

Naercio Menezes Filho, professor do Insper, fez alguns alertas. Para ele, as políticas industriais não podem ficar apenas na proteção comercial em relação a importados e no incentivo ao conteúdo local. Ele criticou o fato de que, nas diretrizes anunciadas junto a NIB, há algumas metas “irrealistas” e faltam mecanismos de avaliação. “Prefiro privilegiar reduções tarifárias, de proteção, principalmente de insumos. Por quê? Porque grande parte dos avanços tecnológicos acontece quando as empresas estão inseridas nas cadeias globais de valor e conseguem importar insumos baratos que trazem novas tecnologias”, disse.

Entre os erros do passado, o professor citou a Lei de Informática, que procurou incentivar a produção local de computadores, nos anos 1980. Para ele a questão não é ter ou não ter política industrial. “O segredo é escolher como vai implementar essa política industrial, que setores vai privilegiar, como vai resolver os problemas e gargalos que existem. Não é um tipo de política industrial só, e, principalmente, não mais a política industrial que ficou para trás,

de substituição de importações. Temos que ter incentivos às exportações e metas claras que têm que ser cobradas das empresas que recebem apoio”, afirmou.

Os investimentos em educação também foram um dos gargalos apontados pelos participantes sobre o desenvolvimento da indústria. Menezes Filho analisou que investimentos em políticas educacionais são uma das ferramentas mais importantes para o fomento da competitividade do setor.

“Não conseguimos um país diferente se não tivermos uma população com conhecimentos mínimos de matemática, ciências e leitura. Isso é fundamental em todos os aspectos e é particularmente importante nessa nova fase de novas tecnologias, inteligência artificial”, afirmou o professor do Insper.